



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

DEMANDAS, REQUISIÇÕES E RESPOSTAS PROFISSIONAIS DO/NO SERVIÇO SOCIAL: APONTAMENTOS PARA UM DEBATE

Rafael Arley Gomes da Silva Almeida¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar um brevemente debate acerca de demandas, requisições e respostas profissionais do/no serviço social. A partir do resgate dos antecedentes históricos, exporemos as bases históricas das demandas sociais no capitalismo dos monopólios, o surgimento das requisições no âmbito institucional relacionados com a discussão acerca dos desafios e limites das respostas coletivas a partir da constituição do Projeto Ético-político da categoria.

Palavras chaves: Serviço Social, Requisições; Respostas; Projeto Profissional.

Abstract: The present work aims to briefly debate about demands, requests and professional responses of the/in the social service. From the rescue of historical ¹, we will expose as historical bases of social demands in monopoly capitalism, the emergence of requests in the institutional context related to the discussion about the challenges and limits of collective responses to From the Constitution of the ethical-political project of the category.

Keywords: Social Service, Requisitions; Professional Project Responses.

INTRODUÇÃO

A reflexão acerca do debate sobre as demandas, requisições e respostas profissionais do/no serviço social é objeto histórico nas discussões da categoria. Neste sentido, no presente trabalho buscaremos o resgate dos antecedentes históricos das demandas sociais no capitalismo dos monopólios. A partir de uma reflexão alicerçada pela perspectiva crítica, exporemos o processo de surgimento das demandas sociais, ressaltando o movimento em que se gestam contexto das relações sociais mediadas por interesses políticos, econômicos e sociais distintos e antagônicos entre as classes sociais na sociedade capitalista.

Além disso, discutiremos a forma que estas demandas sociais são manifestadas enquanto desigualdades sociais e que se correlaciona com gênese da “questão Social”, a partir do advento do capitalismo dos monopólios, elencando as bases para o surgimento da profissão de Serviço Social. Em seguida, relataremos a trajetória da origem das políticas públicas, enquanto respostas estatais mediadas pelo conflito e pelo consenso, e como estas se transmutam em requisições no âmbito institucional para o

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: <rafa.arley@gmail.com>.

Serviço Social. Por fim, refletiremos sobre os desafios e limites e possibilidades das respostas profissionais a partir da organização coletiva da constituição do Projeto Ético-político da categoria.

1. As bases históricas das demandas sociais no capitalismo dos monopólios: da gênese da “questão social” às requisições para o Serviço Social

Para o entendimento das bases históricas das demandas sociais no capitalismo dos monopólios, faz-se indispensável introduzir a discussão de que em todo sistema de produção, no qual a forma de organização do trabalho funda e estabelece a reprodução da vida na sociedade, há um conjunto de necessidades sociais funcionais ao processo de manutenção e reprodução das relações sociais em sua totalidade. Na sociedade capitalista, por exemplo, esse sistema de necessidades sociais é fundamentado pela constituição de condições materiais, econômicas, política, cultural e ideológica que se reproduzem e que auxiliam de forma vital ao funcionamento da ordem estabelecida pela ordem metabólica do capital.

Essas necessidades sociais são materializadas e impostas ao conjunto das relações sociais na forma de *demandas sociais*. No capitalismo, demandas são engendradas a partir das relações no cotidiano e, a partir da luta entre as classes, determinam carências solidificadas no formato de desigualdades.

Para Heller (1989)

as demandas sociais são essencialmente condicionadas pela relação das distintas classes entre si por sua respectiva condição econômica. É por isso que as demandas sociais se referem a uma magnitude de determinadas necessidades sociais, que, no capitalismo, requerem para a sua satisfação a existência no mercado de uma determinada quantidade de bens materiais, de mercadorias, de serviços, de atividades. Isso significa que as necessidades sociais se manifestam nas demandas sociais reduzidas às exigências econômicas de consumo no mercado capitalista. Contudo, visto que parte da classe trabalhadora que constitui a massa “sobrante” dessa sociedade não tem como consumir no mercado capitalista, alguém tem de consumir para ela, com a finalidade de atender a suas demandas imediatas, ao mesmo tempo, e principalmente, que responde às exigências rentáveis da acumulação capitalista. “Esse alguém é o Estado que, na fase monopolista do capitalismo, responde a tais funções como elemento primordial para que o capital continue progredindo, livre de ameaças.” (Heller, 1986 apud Amorim, 2010. p. 46)

Dessa forma, observa-se que as demandas sociais no capitalismo são necessariamente mediadas pelo imanente conflito de classes. Esses conflitos, por sua vez, manifestam-se, materializados na forma de desigualdade social, adquirindo um caráter político quando se torna uma ameaça à paz necessária para reprodução social nos moldes burgueses. As demandas sociais, para Amorim (2010, p.12), são “heterogêneas (pois expressam interesses diferentes, embora apareçam na instituição como expressando interesses iguais), imediatas (porque a própria configuração das políticas sociais requer um atendimento “urgente”)” Segundo a mesma autora, (2010,

p48) é na gênese da “questão Social”² que se revelam “as contradições geradas pelo modo de produção capitalista, encontradas na relação de interesses conflitantes e antagônicos entre capital e trabalho, que determina o surgimento de novas demandas sociais requeridas pela classe trabalhadora” Nesse sentido, é a partir da necessidade de respostas às demandas sociais que o Estado lança mão de estratégias de para intervir politicamente na “questão social” e arrefecer os conflitos resultantes das contradições antagônicas entre capital e o trabalho.

Segundo Netto (2011, p.29)

É somente nestas condições que as sequelas da "questão social" tomam-se — mais exatamente: podem tornar-se — objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a "questão social" se põe como alvo de políticas sociais. No capitalismo concorrencial, a "questão social", por regra, era objeto da ação estatal na medida em que motivava um auge de mobilização trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa ou, no limite, colocava em risco global o fornecimento da força de trabalho para o capital — condições externas à produção capitalista. No capitalismo dos monopólios, tanto pelas características do novo ordenamento econômico quanto pela consolidação política do movimento operário e pelas necessidades de legitimação política do Estado burguês, a "questão social" (...) articula o enlace (...) das funções econômicas e políticas do Estado Burguês capturado pelo capital monopolista, com a efetivação dessas funções se realizando *ao mesmo tempo* em que o Estado continua ocultando a sua essência de classe. (NETTO, 2011 p.29)

O Estado, ente que historicamente surge para materializar o poder político da classe dominante, a fim de mediar, ora pela coerção, ora pelo consenso, os conflitos que ameaçam a harmonização da reprodução social vigente, somente na fase monopólica do capitalismo, em virtude das novas configurações do trabalho, através do desenvolvimento das forças produtivas, constituirá as políticas sociais. Estas serão efetivadas como forma de mediação dos conflitos entre as classes e reprodução da força de trabalho e, ao mesmo tempo, essa ação governamental reforçará a legitimação do Estado. Ou seja, no capitalismo monopolista, é nas respostas a sequelas da "questão social" que o Estado se preconiza como agente legalizado de controle e garantia da estabilidade e da ordem social.

No entanto, para o atendimento das demandas sociais, no oferecimento de respostas às sequelas da “questão social”, através das políticas públicas, faz-se necessária a constituição de sujeitos profissionais se estabelecem a partir de

² Para (PIMENTEL E COSTA, 2002, p.7) , a questão social “ originalmente expressa no empobrecimento do trabalhador, tem suas bases reais na economia capitalista. Politicamente passa a ser reconhecida como problema na medida em que os indivíduos empobrecidos, de forma organizada, oferecem resistência às más condições de existência decorrentes de sua condição de trabalhadores para o capital. No percurso do desenvolvimento do capitalismo atravessado por lutas sociais entre capital e trabalho constituem-se respostas sociais mediadas ora por determinadas organizações sociais, ora pelo Estado, num processo impulsionado pelo movimento de reprodução do capital”

requisições institucionais. Somente através da execução estatal das políticas públicas, que se fundamenta a necessidade histórica do Serviço Social.

Yolanda Guerra assevera que

A utilidade social de uma profissão advém das necessidades sociais. Numa ordem social constituída de duas classes fundamentais (que se dividem em camadas ou segmentos) tais necessidades, vinculadas ao capital e/ou ao trabalho, são não apenas diferentes mas antagônicas. A utilidade social da profissão está em responder As necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações em demandas para a profissão. Estas são repostas qualificadas e institucionalizadas, para o que, além de única formação social especializada, devem ter seu significado social reconhecido pelas classes sociais fundamentais (capitalistas e trabalhadores). Considerando que o espaço socio-ocupacional de qualquer profissão, neste caso do Serviço Social, é criado pela existência de tais necessidades sociais e que, historicamente, a profissão adquire este espaço quando o Estado passa a Interferir sistematicamente nas refrações da questão social. (...) através de unia determinada modalidade histórica de enfrentamento das mesmas: as políticas sociais. Infere-se que as políticas e os serviços sociais constituem-se nos espaços sócio-ocupacionais para os assistentes sociais. (GUERRA. 2000, p. 56)

Sobre as origens das requisições profissionais, Guerra(1995) explica que

“As demandas das classes sociais põem e repõem *objetos* para o Serviço Social. Estes encontram-se *inscritos nas condições sociais* das classes trabalhadoras e por isso são, de um lado, históricos, transitórios, encerram continuidades e rupturas e, de outro, ou não extrapolam o limite material ou mantêm-se no nível das necessidades imediatas. Tais demandas convertem-se em *requisições profissionais*, cujo atendimento requer a mobilização de um determinado nível de racionalidade, de uma parte; limitam e determinam as funções profissionais, de outra. Ao encontrar o seu âmbito de ação delimitado, tanto pelas condições acima apontadas quanto por outras determinações peculiares aos setores nos quais atua, o assistente social acaba por reduzir sua intervenção ao atendimento imediato da demanda, para o que aciona níveis de racionalidade os mais elementares possíveis, mas que lhe permitem responder às necessidades prático-materiais do cotidiano profissional, limitadas ao nível do empírico. Sob essas condições, as demandas das classes trabalhadoras tornam-se reincidentes e são repostas em níveis cada vez mais complexos” (GUERRA, 1995, p.199-200, grifos da autora).

Segundo Pontes (1995, p.155), “constituiu-se numa profissão de natureza interventiva, cuja ação se coloca em face das demandas sociais que substanciam a sua intervenção sócio-histórica na sociedade.” As requisições profissionais, embora surjam no contexto dos conflitos e dos reclames da classe trabalhadora, assumiriam, assim, uma característica conservadora e difusora da ideologia dominante. A profissão seria, por isso, tensionada pelas contradições e antagonismos (NETTO, 2011). Através das requisições, o Serviço Social atuará, portanto, tanto no cumprimento das exigências da ordem metabólica quanto aos reclames do protagonismo da classe trabalhadora. Assumindo, então, que o interior de sua intervenção seja permeado por interesses antagônicos. Para Guerra (1995), essas contradições inerentes ao Serviço Social são fundamentadas pela racionalidade posta da profissão. Segundo a autora, o Serviço Social possui uma “razão de ser” e uma “razão de conhecer”. A “razão de ser” orienta

a função genético-social da profissão estabelecida pela divisão sociotécnica do trabalho. A “razão de conhecer”, por sua vez, engendra uma posição sistemática possibilitadora de uma compreensão racional da própria profissão. Na articulação de ambas as razões, configura-se a instrumentalidade do Serviço Social:

“Na afirmação da sua instrumentalidade, o assistente social acaba por utilizar-se de um repertório técnico operativo comum a outras profissões sociais, porém a intencionalidade posta na utilização do instrumental técnico porta a tendência de propiciar resultados condizentes com a perspectiva para a qual sua ação se direcionou. A maneira como o profissional utiliza os instrumentos e técnicas historicamente reconhecidos na profissão encontra-se referenciada pelas expectativas que sustentam suas ações. Em outras palavras: o Serviço Social possui modos particulares de plasmar suas racionalidades que conforma um "modo de operar", o qual não se realiza sem instrumentos técnicos, políticos e teóricos, tampouco sem uma direção finalística e pressupostos éticos, que incorporam o projeto profissional. Essas reflexões vão no sentido de não nos descurarmos de que, no confronto entre as legalidades tendenciais e objetivas que se afirmam na realidade e a posição Ideológica dos sujeitos, há um amplo campo de mediações dispostas no sentido de reforçar tanto os acontecimentos causais quanto as perspectivas postas nas ações dos sujeitos.” (Guerra, 1995 p;203)

Ainda segundo a autora:

“Nossa argumentação vai no sentido de demonstrar que a complexidade e diversidade alcançadas pela intervenção profissional, no sentido de atender as demandas e requisições originadas das classes sociais, colocam-na como a dimensão mais desenvolvida da profissão e, portanto, capaz de indicar as condições e possibilidades da mesma. Tais demandas e requisições exigem do profissional a criação e recriação, tanto de categorias intelectivas que possam tornar compreensíveis as problemáticas que lhe são postas, como de novos sistemas de mediações que possibilitem a passagem das teorias às práticas.” (GUERRA, 1995 p. 34)

Dessa forma, de acordo com o exposto, observamos que a instrumentalidade constituída enfatiza que a uma contradição inerente à própria “razão e ser” do Serviço Social. Ainda que consideremos o fato de que fato da profissão se engendrou a partir da intervenção estratégica de enfrentamento do Estado às sequelas da “questões sociais”, como instrumento de arrefecimento dos conflitos dos trabalhadores, a partir da razão de conhecer. O Serviço Social tanto poderá conduzir uma intervenção conservadora, reproduzindo o *status quo* capitalista, quanto poderá abrir-se à possibilidade de negar as bases conservadores e buscar atuar a partir de uma intervenção crítica, orientada pela tarefa da superação das desigualdades.

1.1 O projeto ético-político e os desafios, limites e possibilidades das respostas profissionais

É polêmica comum, seja nos espaços acadêmicos, seja nos espaços profissionais, os debates acerca dos limites da atuação crítica do profissional de Serviço Social.

Amaral e Mota (1998, p.42) observam que não se pode negar que a possibilidade de que numa intervenção profissional haja uma “relativa autonomia teórica, política, ética e técnica que é exercitada pelo profissional” e que, em determinadas situações conjunturais, possam “atuar sobre uma dada realidade, problematizando-a com o aporte dos conhecimentos sistematizados e dos princípios que formaram a sua identidade ocupacional”. No mesmo sentido, Marilda Iamamoto (2007, p.219), neste caso se referindo propriamente ao serviço social, afirma que “a efetivação dessa autonomia é *dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos que envolvem relações com sujeitos sociais determinados*”. Ora, se é possível afirmar que há uma autonomia relativa dos profissionais em suas intervenções, qual seria o fator determinante pelo qual os projetos profissionais pudessem induzir reorientação da resposta às requisições profissionais?

Netto(1999) afirma que os projetos profissionais

apresentam a auto-magem da profissão, elegem valores que a legitimam delimitam socialmente e priorizam seus objetivos e funções, formulam requisitos (técnicos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas de sua relação com os usuários dos seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições, públicas e privadas (...) tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero” (1999, p.95;104-5).

Seguindo esse sentido, observamos que a existência de um protagonismo profissional seria, assim, determinada pelo conjunto de valores e princípios políticos que a categoria poderá, historicamente e coletivamente, defender. Enquanto respostas às requisições, o assistente social poderia dispor de uma autonomia relativa na condução de suas atividades, materializando as direções de um projeto profissional. Um projeto que articule condições macrossocietárias, com seus limites e possibilidades, e respostas sócio-históricas, éticas-políticas e técnicas. Essa autonomia se daria seja na esfera da intervenção individual, seja na organização coletiva da categoria e é orientada pelo chamado Projeto Ético-Político do Serviço Social.

O projeto Ético-político do Serviço Social brasileiro foi uma construção histórica “fruto expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital” (Iamamoto, 2007, p. 223). No final da década de 1970, a crise social no país marcava os últimos anos do regime ditatorial. Foi nesse momento que se abriu uma conjuntura de resistência e organização dos movimentos dos trabalhadores, na luta pela anistia e, principalmente, de protagonismo do movimento

estudantil. Esta conjuntura condiciona, essencialmente, os rumos da profissão, que passou a reformular-se a partir de um método crítico, com o objetivo de oferecer novas respostas profissionais.

Yolanda Guerra afirma que

Ao desprender-se da base histórica em que a profissão surge, o Serviço Social pode qualificar-se para novas competências, buscar novas legitimidades, indo além da mera requisição instrumental-operativa do mercado de trabalho. Este enriquecimento da instrumentalidade do exercício profissional resulta num profissional que, sem prejuízo da sua instrumentalidade no atendimento das demandas, pode antecipá-las. E habilitado no manejo do instrumental técnico, sabe colocar-se em seu devido lugar (qual seja, no interior do projeto profissional), ainda que reconhecendo a dimensão política da profissão. E, inspirado pela razão dialética, invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital. (2000 , p.62)

Não podemos deixar de mencionar outro marco na organização da categoria e da aproximação com o marxismo. O Congresso da Virada³ significou um divisor de águas na história da categoria. Segundo Ozanira (2007), o Congresso

registrou esforço de articulação do movimento sindical dos assistentes sociais, com reativação de alguns sindicatos, algumas associações e criação de novas associações profissionais, que, posteriormente, se transformaram em sindicatos estaduais, permitindo, em 1983, a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS). (p. 40)

O marco do Congresso da Virada foi o estabelecimento de uma relação política em apoio aos movimentos sociais, democracia, direitos humanos e o (auto)reconhecimento da categoria com os interesses da classe trabalhadora. Porém, é possível afirmar que o sentido e a força do projeto político da categoria poderiam criar novas requisições profissionais? Ou estas já estariam postas historicamente pela gênese de classe da profissão? Através da luta coletiva é possível recriar requisições para profissão definidos por outro projeto de classe?

Acreditamos que é importante destacar que parte destas respostas já foram respondidas pela própria categoria. Afinal, foi a partir da luta e organização dos profissionais de serviço Social brasileiro, orientados pelo movimento de Intenção de Ruptura⁴, que combinou à aproximação do Marxismo, abrindo as portas para o projeto

³ Como é chamado o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, no setembro de 1979, Organizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, atualmente CFESS (Conselho Federal de Serviço Social).

⁴ Perspectiva de “Intenção de Ruptura”, vertente crítica do Movimento de Renovação de representou um divisor de águas na profissão. Segundo Guerra (2004, p.33), a partir dele o “movimento da realidade se tornou inteligível à profissão e esta adquiriu a capacidade tanto de se perceber como expressão das relações sociais do mundo capitalista quanto de buscar a compreensão do conjunto de relações e complexos sociais que compõem a sociedade em cada momento histórico e que se autoimplicam e se autoexplicam. Aqui a categoria contradição, superada a visão positivista que a toma como um desvio do pensamento, sintoma de erro, incoerência, falta de nexos, contribui para a inflexão na forma de compreender o significado da profissão no interior das relações sociais como uma especialização do trabalho coletivo que se insere na divisão social e técnica do trabalho. Assim, pensar a realidade social e histórica como totalidade em

de disputa política, no seio da profissão, contra as vertentes que conservadoras e tradicionais.

De acordo com Marcelo Braz:

Não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Esta vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional impõe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica (...) As demandas (de classes, mescladas por várias outras mediações presentes nas relações sociais) que se apresentam a nós, encobrem seus reais determinantes e as necessidades sociais que portam. Tendo consciência ou não, interpretando ou não as demandas de classes e suas necessidades sociais que chegam até nós em nosso cotidiano profissional, dirigimos nossas ações favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios. (BRAZ, 2008, p.2- 3.)

Deste modo, mostra-se factível que movimento da categoria, ao adquirir hegemonia política na categoria, possibilita a conquista de novas configurações jurídicas, políticas no seio do próprio Estado, estabelecimentos das vitórias e desafios estratégicos da profissão, materializados nas propostas, por exemplo, das diretrizes curriculares na década de 1980, dos Códigos de ética e na lei de regulamentação da profissão, já nos anos de 1990.

CONCLUSÃO

Para concluir, compreendemos que, para construir uma reflexão acerca do debate sobre as demandas, requisições e respostas profissionais do/no serviço social é objeto histórico nas discussões da categoria, é fundamental nos remeter ao resgate da gênese histórica das demandas sociais no capitalismo monopolista. Observamos que as demandas são fruto da contradição inerente ao movimento de produção do capital, ao desenvolvimento das forças produtivas e das consequências que estes elementos representaram nas relações sociais. As demandas manifestam-se através da faceta das desigualdades e constituem, na forma de conflitos, o antagonismo das classes sociais. Estas manifestações antagônicas entre as classes configuram-se nas bases do que chamamos “questão social”, fenômeno social cuja existência foi motivadora do surgimento da profissão do Serviço Social.

Além disso, observamos que as requisições para profissão se confundem com a trajetória da origem das políticas públicas. A partir da concepção de políticas estatais

movimento, em constante mudança, no vir a ser, confronta-se com a perspectiva messiânica e fatalista presente nas formas de conceber a profissão.

para o atendimento das demandas sociais, são constituídas as requisições para o Serviço Social. Ressaltamos também que no atendimento das requisições profissionais no atendimento das querelas “questão Social”. O assistente social percebe-se numa situação contraditória. Ao facilitar o acesso à política social, ele contribui para legitimação política do Estado, conseqüentemente, para reprodução da ordem estabelecida pela classe que dirige esse Estado. No entanto, dotado de uma racionalidade posta, a profissão pode construir uma instrumentalidade que, a partir do conhecimento do seu lugar e função social, oriente sua atuação para o sentido do atendimento dos interesses das classes subalternas.

Para concluir, revelou-se que os desafios e limites e possibilidades das respostas profissionais orientados por uma do Projeto Ético-político do Serviço Social pode, mediante a luta política coletiva, ampliar o leque de resistências, a partir de um método crítico-dialético, qualificar a intervenção no cotidiano, constituir competências e formas de atuação. A partir de uma instrumentalidade crítica, o profissional poderá buscar estratégias para além da conservação da ordem social e em sintonia com as necessidades da classe trabalhadora. No âmbito coletivo, ainda que se considere a natureza da profissão, é possível organizar-se politicamente para arrancar e legitimar o projeto político através de conquistas, inspiradas pela razão dialética, no sentido da construção de alternativas profissionais que sejam instrumento ao auxílio e fortalecimento da classe trabalhadora para superação desta injusta ordem social.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Andrêssa Gomes Carvalho de. **O serviço social e a institucionalização das demandas**: um estudo a partir das necessidades sociais no capitalismo. 2010. 124f. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió. 2010.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político. In: Assistente Social: ética e direitos. Rio de Janeiro: CRESS/7ª Região, 2008

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de, Conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática Social in: Netto, J.P; Carvalho, M.C.B. **Cotidiano**: Conhecimento e Crítica. São Paulo: Cortez, 1994.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, “capacitação em

Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: o Trabalho do Assistente Social e as políticas Sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, 2000.

_____. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos.

Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 10, 2004.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social :** ensaios críticos. São Paulo: Cortez. 1992.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social em tempo de capital fetiche.** Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete (Org). **A nova Fábrica de Consensos** - Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A Construção do Projeto ético – político frente à crise contemporânea. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo I, CFESS/ CRESS/ ABEPSS/ CEAD, 1999.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social.** São Paulo: Cortez. 1995

OZANIRA, Maria. **O serviço social e o popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007